

O facto religioso, um projecto de educação da escola pública em França. O projecto e educação religiosa em Espanha

Nesta minha conferência, proponho-me fundamentalmente, tratar da forma como a questão do ensino religioso está a ser tratada em dois países com tradições diferentes: a França, dominada, sobretudo desde a Revolução francesa, pelo laicismo e a Espanha que oscila, talvez, entre um catolicismo rígido e a anarquia do desejo.

Outros países, evidentemente poderiam ser tratados, como os anglo-saxónicos ou a Alemanha. Mas dada a nossa proximidade cultural da França e proximidade geográfica da Espanha, talvez seja melhor entrar no tema, pela porta destes dois países, deixando aos ouvintes a comparação com o que se passa no nosso país.

1. O caso da França

Como se sabe, a França foi sempre um país, desde a Revolução francesa, de tradição laicista, isto é um país que relegou o Cristianismo e o factor religioso para a esfera do privado. Um dos pontos-chaves da ideologia republicana francesa – basta lembrar Jules Ferry – foi, justamente, o acabar com o ensino das congregações religiosas, e a instituição da escola pública, laica e republicana.

Para termos algumas referências, convém dizer que com a lei Debré (1958) o ensino particular gozou de liberdade e creio que dalguns apoios,

mas foi F. Mitterrand creio que na década de 90, quem fez a equiparação entre ensino privado e público, os dois pagos, igualmente pelo Estado.

Novidade é pois a “relação” ao ministro da Educação nacional Jack Lang de Régis Debray, encomendando pelo ministério e intitulado “O ensino do facto religioso na Escola Laica”.¹

No prefácio a esta relação, publicada pelas edições Odile Jacob, escreve Jack Lang “uma escola autêntica e serenamente laica, deve dar a cada estudante, o acesso à compreensão do mundo. Assim a evocação das religiões, enquanto fenómeno de civilização, sempre foi possível na Escola da República. Contrariamente a um preconceito persistente, isso mesmo é atestado pelos nossos programas, há muito tempo”².

E Jack Lang continua, afirmando que não se trata de propor um ensino religioso, menos ainda um ensino confessional, mas de tratar da especificidade e do âmbito dum ensino religioso na Escola.

O texto de Debray ocupa uma cinquentena de páginas. O mesmo Régis Debray se ocupou do tema em artigo intitulado “O que é o fenómeno religioso” publicado na Revista *Études* do Jesuítas franceses.³

Régis Debray, um dos discípulos preferidos de Althusser, foi aluno da Escola Normal. Tendo-se licenciado em Filosofia, encontramos-lo mais tarde como activista da guerrilha latino-americana na Bolívia. Regressado a França em 1970, foi conselheiro de François Mitterrand, doutorou-se em *Media* e escreveu alguns livros muito sugestivos, entre os quais *Deus um itinerário*, traduzido em português⁴ e, mais tarde, um outro *Le Feu Sacré*, que julgamos não ter sido traduzido.

Na sua relação, este filho do século, extraordinariamente culto, como mostra o seu livro, estende-se sobre as motivações desta reforma, afirmando a dada altura “que é a ameaça, cada dia mais sensível, dum des-herança colectiva, dum ruptura das malhas da memória colectiva e europeia, onde a ausência de cadeia sobre a informação religiosa torna estritamente incompreensíveis, ou mesmo sem interesse os tímpanos da catedral de Chartres, a *Crucificação* de Tintoreto, o *Don Juan* de Mozart, o *Bozz adormecido* de Victor Hugo e a *Semana Santa* de Aragon.”⁵

¹ Régis Debray – *L'Enseignement du fait religieux dans l'école laïque*. Paris: Odile Jacob, 2002.

² *Ibid.*, 9.

³ *Études*, Setembro 2002, 169-181.

⁴ Publicada em Porto, Ambar, 2002.

⁵ *L'enseignement*, cit., 14.

E continua Régis Debray: “trata-se da banalização e da distração face ao quotidiano que nos cerca, quando a Trindade não é mais que uma estação de Metro, os dias feriados, as férias de Pentecostes e o ano sabático, um acaso do calendário. E a angústia dum desmembramento comunitário das solidariedades cívicas, para a qual não contribui pouco a ignorância em que vivemos do passado e das crenças de outrem, plena de clichés e de preconceitos”.⁶

“A incultura religiosa” de que é tanto questão (diante dum Virgem de Boticelli, “Quem é este monstro?”) não constitui uma questão em si. Ela partiu, na verdade, a montante dum incultura, dum perda de códigos e do reconhecimento dizendo respeito aos saberes, aos saberes – viver e aos discernimentos”, de que a Educação nacional tem o dever de colmatar as brechas.⁷

Trata-se, portanto, neste projecto de prolongar o itinerário humano, a vozes múltiplas, enriquecendo o religioso com o humano e o humano com o religioso. E é aqui que a história das religiões pode tomar a sua pertinência educativa, como meio de ligar o curto ao longo termo, encontrando os “seus encadeamentos (...) porque aquilo que sem dúvida mal chamamos incultura entre as jovens gerações, é uma outra cultura que podemos definir como uma cultura da extensão... Ela dá prioridade ao espaço sobre o tempo, ao imediato sobre a duração...”⁸

O conteúdo dum proposta

Tendo em conta as questões postas pela cultura técnica, mas também pela iliteracia que resulta da incapacidade de abertura ao simbólico, explica-se, Régis Debray em artigo da revista *Études*, sobre o conteúdo “du fait religieux”, na escola.⁹

A proposta apresentada não se destina a um ensino confessional e por isso não apresenta o ensino dum instituição religiosa, que segundo as palavras do autor daria o território pela carta. Mas também não se destina a dar a carta pelo território, constituindo um ensino de tipo “laicard”, um assesto de mitos e de ritos recuperados, visando uma banalização do facto religioso. “O exercício que se propõe consiste em apresentar a carta no seu

⁶ *Ibid.*

⁷ *Ibid.*, 16.

⁸ *Ibid.*

⁹ *Études*, cit.

melhor, assinalando que ela corresponde também a um país real, com os seus habitantes e os seus valores".¹⁰

O facto é da ordem do "se" (on em francês) a fé é a ordem do eu (je em francês). O facto religioso é comum às diferentes crenças, a fé diferencia-se na crença.

Trata-se portanto de aprofundar o facto religioso como facto de civilização, tendo em conta o contexto do desenvolvimento de identidades civilizacionais fortes, no seio da cultura ecuménica em que vivemos, tentando ultrapassar um certo "cientismo ingénuo, doença infantil da ciência em marcha" e um certo laicismo arrogante que constitui a doença infantil do livre pensamento.

Seria então chegado o tempo da "passagem duma laicidade da competência" (o religioso, por construção, não nos diz respeito) a uma laicidade da inteligência (é nosso dever compreendê-lo). Importaria por isso distinguir o religioso como objecto de cultura, em razão da sua contribuição para a instituição simbólica da humanidade e o religioso como objecto de culto, que tem a ver com o trabalho das instituições religiosas enquanto tais.

Para levar a cabo este desiderato, o texto faz uma série de recomendações entre as quais se destaca a necessidade de criar um módulo no Instituto de formação de Mestres, para a preparação de professores que no quadro das disciplinas existentes melhor possam leccionar um módulo obrigatório intitulado "Filosofia da laicidade e ensino de facto religioso" que seria confiado aos professores de Filosofia, de Letras e de História da escola em causa como as pessoas formadas para este efeito.¹¹

Segundo informação recolhida em alguma Imprensa francesa, apenas posso acrescentar que esta reforma contou com o alto patrocínio, entre outros, do Grão Mestre da maçonaria de França e também do Cardeal Lustiger.

Ignoro como se tem processado esta reforma, ou mesmo se se tem posto em prática após a perda das eleições, mais tarde, por parte do PS francês.

¹⁰ *Ibid.*, 176-177.

¹¹ *L'enseignement*, cit., 51 e s.

A situação em Espanha

Muito diferente é a situação espanhola na escola pública, decorrente do acordo entre o Estado Espanhol e a Santa Sé, assinados no Vaticano em 1979, decorrentes do espírito do acordo de 28 de Julho de 1976.¹²

Segundo o artigo II deste acordo, os planos educativos nos níveis de educação pré-escolar, Educação Geral básica (EGB) bacharelato unificado polivalente (BUP) e Graus de formação profissional correspondentes aos alunos das mesmas idades incluirão o ensino da religião católica em todo os centros de educação, em condições equiparáveis às demais disciplinas fundamentais.¹³

O artigo 27,3 da Constituição espanhola obriga o Estado a garantir o direito dos pais à formação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas convicções e naturalmente a liberdade religiosa é um pressuposto fundamental dos documentos assinados com a Santa Sé.

Na legislação espanhola compete à hierarquia assinalar os conteúdos do ensino e formação religiosa católica, assim como propor os livros de texto e material didáctico relativos ao dito ensino e formação. A hierarquia eclesiástica e os órgãos do Estado, no âmbito das respectivas competências, velarão por que este ensino e formações sejam dados adequadamente, estando submetido o professorado de religião ao regime geral dos Centros.

Em 1999 foi assinado um acordo que tem por objectivo determinar o regime económico-laboral das pessoas que, não pertencendo aos corpos de funcionários docentes, estão encarregados do ensino da religião católica em Centros Públicos de educação infantil, educação primária e educação secundária.¹⁴

Acrescenta-se a esta legislação, cuja aplicação desconheço, que o Episcopado espanhol acrescentou recomendações pedagógicas práticas, muito simples e interessantes que não resisto a citar rapidamente, quanto à educação infantil (3-6 anos), à educação primária (6-12 anos), à educação secundária obrigatória (12-16 anos) e finalmente ao bacharelato (16-18 anos).

Assim, no período educativo que abarca a educação infantil, propõe-se uma grande ligação à família e dá-se atenção ao despertar religioso da criança; na educação primária começa a criança a inteirar-se da sua

¹² Cf. *Orientaciones pastorales sobre la enseñanza religiosa escolar*. Madrid, 2000.

¹³ *Cit.*, 82.

¹⁴ *Ibid.*, 90.

consciência pessoal e a proceder a uma assimilação pessoal da fé; na educação secundária obrigatória (12-16 anos) atenta-se na necessidade de dar ao aluno uma mundividência; quanto ao bacharelato (16-18 anos), inclui-se o ensino da religião em condições iguais às demais matérias fundamentais, com carácter voluntário para os alunos, particularmente atenta à moral e à cultura.¹⁵

Os textos da Comissão Episcopal do ensino do Espiscopado espanhol fazem uma adequada distinção entre ensino da catequese e o ensino escolar e constituem uma preciosa ajuda para definir etapas e programas.¹⁶

Algumas reflexões

Trouxe aqui dois modelos de educação religiosa no ensino público, um dum país com a sua idiossincracia própria, vinda daquilo que alguns chamaram nacional – catolicismo outra vinda dum país como a França, que caminha do laicismo para a religião. Não me compete aqui, embora fosse interessante, saber os resultados destes dois programas, a sua realização efectiva, os problemas que traz.

Colocando-me meramente no domínio da reflexão, devo dizer que o problema maior, actualmente, será o problema da identidade da cultura, dos valores e da tradição a transmitir, fora do que não parece possível educar verdadeiramente.

E deste ponto de vista, gostaria de reflectir, ao final, sobre alguns dados:

A primeira questão sobre que haveria de reflectir, seria, talvez a da situação das culturas, num mundo que se unifica, não já sob o prisma do nacionalismo, mas sob o prisma das civilizações.

Deixando de parte o problema do choque das civilizações, o certo e o inegável é que os autores vão falando, cada vez mais dum mundo que se sustém, após o fim da guerra fria, num universo de civilizações: a ocidental, a latino-americana, a africana, a islâmica, a sinica, a hindu, a ortodoxo, a budista, a japonesa, isto segundo a apresentação de Samuel Huntington.¹⁷

Os problemas que conhecemos no Médio Oriente, são prova da consistência desta maneira de ver que consiste na importância da identidade civilizacional, isto é assente nos valores culturais e religiosos, que é cada vez mais perceptível.

¹⁵ *Ibid.*, 63.

¹⁶ *Ibid.*, 30.

¹⁷ Samuel Huntington – *O choque das civilizações e a mudança da ordem mundial*. Lisboa, 1999.

Aquilo que escreve Regis Debray, a saber que assistimos a uma “des-localização” do saber, e simultaneamente a uma “des-historicização”, e que não é possível compreender o que se passa na história, sem uma referência global à questão, é sentido hoje no momento em que a cultura meramente técnica tende a estender-se a todo o planeta. E a pergunta surge: quem irá criar as identidades? Em que consiste a globalização? E outras mais simples: como compreender a renovação do mundo árabe? Para onde vai a China? Qual é a origem do jazz?¹⁸

A esta série de questões há que acrescentar, na Europa, a questão do nihilismo que ameaça, cada vez mais a cultura europeia. Victoria Camps, faz-se eco desta situação cultural da Europa, de maneira que não resisto a citar, ainda mais por vir dum autor agnóstico.

Num capítulo de seu livro, *Paradoxos do individualismo*, escreve esta professora de Ética na Universidade de Barcelona, sob a epígrafe: em que acreditamos?

“Vivemos num mundo descrente: faltam valores que relacionem e agreguem as vontades humanas, que nos alguinem em torno de ideais. Acabaram-se as religiões que davam sentido ou resposta às perguntas mais inadiáveis. Acabaram-se também as ideologias políticas que alimentavam a esperança em mundos melhores. A história da humanidade, por seu lado, não oferece garantias de progresso; pelo contrário, confirma antes a tese de que o ser humano não tem remédio, que nada é capaz de o mudar: nem um Deus bondoso ou justiceiro que promete recompensar os bons e ameaça com castigos os perversos, nem a esperança de alcançar uma convivência mais avançada neste mundo. A vida individual é demasiado curta para poder ser comprometida em empreendimentos de carácter total, em revoluções que auspiciem a transformação do mundo e da humanidade. Assim cada qual acaba por preferir viver para si próprio, com projectos a curto prazo, sem complicações de consequências incertas”.¹⁹

E mais adiante escreve a autora: “Contemplamos as nossas crenças com cepticismo. O que nos leva a perguntar se se trata realmente de crenças. Poderá ser uma crença algo que não se tem fé ou confiança nenhuma? Qual é o estatuto da crença e que é que tem a crença moral que a torna tão incoerente e inexplicável?”²⁰

¹⁸ *Op. Cit.*, 17, 18.

¹⁹ Victoria Camps – *Paradoxos do Individualismo*. Lisboa, 1996, 69.

²⁰ *Ibid.*, 75.

A falta de crenças que aglutinem os homens e as consequências culturais deste facto são hoje tanta importante a estudar e desenvolver.

Finalmente, uma terceira reflexão sobre o problema do retorno do religioso no homem actual ou no pensamento actual, que tem merecido ampla reflexão ²¹ por parte de pensadores tão importantes, como Eugénio Trias, Habermas, Vattimo, ou as críticas ao cartesianismo, por parte de Michel Henry ou Jean Luc Marion.

Retorno do religioso perspectivado em todos eles como atenção ao místico, ou à natureza kenótica da sua aparição.

A situação cultural do Ocidente e a má memória que este tem dum passado marcado pelas guerras da religião e pela intolerância, além da presença sempre persistente do laicismo, que a cada passo se aproveita para destronar a laicidade, coloca o ensino e o testemunho do religioso num patamar que quanto a nós reveste as seguintes características:

1. Uma maior dificuldade em entender numa escola pública, um ensino do religioso sem uma forte componente antropológica e uma forte abertura à fenomenologia do religioso. Ao trazermos à colação estes dois modelos, temos oportunidade de reflectir sobre isto: o modelo espanhol constitui, sem dúvida, um modelo confessional, mas ele também apresenta uma forte componente antropológica. Quanto ao modelo francês, ele é sem dúvida marcado pela positividade do fenómeno religioso para a constituição da cultura (contra o laicismo), mas não dá grande acesso a uma revelação positiva.

2. Uma abertura cada vez maior em países que não tiveram a experiência de fortes comunidades protestantes ou judias (como é o caso da Alsácia ou da Alemanha) ao diálogo inter-religioso numa época de globalização, em que, de facto, as convicções ou se esbatem (ou se identificam) a partir de raízes civilizacionais e menos a partir duma revelação positiva.

3. Em terceiro lugar, a afirmação duma complementaridade entre o ensino do religioso na escola pública e o ensino do confessional na escola da catequese, paroquial, ou outra, o que exigiria também, uma cada vez maior integração das duas vertentes do ensino religioso, em secretariados de educação cristã, que pudessem unificar, e ao mesmo tempo, colocar a marca da diversidade nestes dois tipos de ensino.

ARNALDO CARDOSO DE PINHO

²¹ Uma boa síntese em José Maria Mardones – *Sintomas de un retorno, La religión en el pensamiento actual*. Santander, 1999.

O Cristianismo e as Religiões Orientais: entre o diálogo e a diferença

O diálogo inter-religioso já teve dias mais auspiciosos. Muitos de nós recordam com saudade as Jornadas de Assis, ainda nos anos 80, sobretudo pela esperança de um novo entendimento entre as religiões e entre os povos que elas anunciavam.

Nas últimas duas décadas o mundo mudou drasticamente, e um dos aspectos mais marcantes dessa mudança consiste na difusão e na crescente influência do fundamentalismo quer ao nível religioso, quer ao nível social, ou mesmo ao nível político.

Se o rosto mais visível do fundamentalismo é, sem dúvida, árabe e islâmico, não podemos ignorar que, como por efeito de contágio, esse rosto convocou outros, de outros credos e religiões, que desse modo se foram fechando sobre si mesmos, endureceram as suas especificidades teológicas ou filosóficas, fecharam-se na sua linguagem própria, arremesaram entre si os seus símbolos e as seus códigos identitários.

E mesmo a globalização, uniformizadora e aparentemente propiciadora de pontes e convergências, parece dirigir-se mais ao efémero dos mecanismos competitivos da sobrevivência do que aos factores de cultura e civilização. Estes, como se fossem ameaçados por esta omnipresença tentacular, ou simplesmente, por esta confusão, fecham-se também muitas vezes sobre si mesmos, para sobreviver.

Dizia Baudelaire que as religiões são o que de mais interessante existe no mundo. À sua maneira talvez quizesse significar que neste complexo teatro que são as relações interpessoais e a relação do homem consigo mesmo e com tudo o que o transcende, as religiões exprimem e